

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E DESIGUALDADES NO IFBA/ CAMPUS

PROFESSIONAL EDUCATION AND INEQUALITIES AT IFBA/ CAMPUS SALVADOR

Naiaranize Pinheiro da Silva

Professora de Sociologia IFBA, Campus Salvador.
Doutorado em Educação FAGED/UFBA.
E-mail: naiaranize@ifba.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4348-5856>

Stephane Araújo Brito

Licencianda em Geografia IFBA, Campus Salvador.
Bolsista PIBIC/FAPESB (período 2019/2020).
E-mail: stephanearaujobrito@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2892-565X>

Antonia do Socorro Freitas Chaves

Professora de Inglês IFBA, Campus Salvador.
Mestrado em Educação e Contemporaneidade UNEB.
E-mail: socorrochaves@ifba.edu.br
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0416-0880>

Vanessa Mutti de Carvalho Miranda

Professora de Sociologia Inglês IFBA, Campus Salvador.
Doutoranda em Ciências Sociais FFCH/UFBA.
E-mail: vanessamutti@gmail.com
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2199-9680>

Resumo: A educação profissional tem relevância na formação dos jovens que visam o ingresso no mundo do trabalho. A garantia do acesso aos institutos federais tem ganhado evidência na medida em que se estabelecem novas formas de ingresso, cuja intenção é corrigir desigualdades presentes nestas escolas públicas. O objetivo deste artigo é discutir sobre os estudantes do Instituto Federal da Bahia, dos cursos Técnico em Química e Técnico em Refrigeração, a fim de observar possíveis estratégias desenvolvidas por aqueles que estão em fase de conclusão dos cursos para garantia de sua permanência com êxito na escola. Em uma perspectiva de escuta dos sujeitos e análise documental.

Palavras-chave: Desigualdade educacional. Educação Profissional. Permanência e êxito.

Abstract: Professional education is relevant to the training of young people who aim to enter the world of work. The guarantee of access to federal institute has had evidence as new forms of admission are established, whose intention is to correct inequalities present in these public schools. The purpose of this article is to discuss about students from Instituto Federal da Bahia, from Chemistry Technician and Refrigeration Technician courses, in order to observe possible strategies developed by those who are completing the courses to guarantee their successful stay at school. From a perspective of listening to the subjects and documentary analysis.

Keywords: Educational inequality. Professional education. Permanence and success.

Introdução

As desigualdades assumem múltiplas formas no espaço educacional, as quais vêm sendo observadas por diferentes ângulos. Este artigo é uma análise parcial de pesquisa que vem sendo realizada no IFBA, Campus Salvador, entre estudantes dos cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Esta investigação prioriza a escuta dos estudantes e a análise de documentos e dados institucionais no sistema SUAP²⁵ visando entender os fatores que contribuem para a permanência estudantil.

Foram enviados questionários online aos estudantes dos cursos Técnico em Química e Técnico em Refrigeração, via Google docs com questões de múltipla escolha e respostas abertas. Nossa intenção é discutir desigualdades, observadas no âmbito do instituto e analisá-las, especialmente no que tange a dimensões relativas à permanência e ao êxito escolar dos estudantes.

Contradições do espaço escolar

Ao falarmos de uma escola pública, *socialmente referenciada*, historicamente reconhecida pela sua qualidade, também marcada pela ideia de ser uma *escola difícil*, para *alunos inteligentes*, denota uma concepção que não é acessível a todos. Em geral, as escolas de educação profissional da rede federal, oriundas das antigas escolas técnicas, são vistas como um modelo de sucesso de escola pública, com estudantes que se destacam nos concursos e vestibulares e desenvolvem uma capacidade de estudo autodidata.

Entretanto, durante muito tempo, tiveram seu modelo de acesso baseado na meritocracia e em processos excludentes que dificultavam o ingresso dos jovens das classes populares, bem como apresentavam índices de evasão e reprovação pouco estudados. Ao mesmo tempo, por ser uma escola profissionalizante, nunca foi visada pelos filhos das classes mais ricas, sendo então uma opção de ascensão social para as classes médias que ainda hoje veem, nestas escolas, a oportunidade de disputar em condição de igualdade as vagas das universidades públicas.

A seleção se dava no ingresso e posteriormente, ainda havia outra seleção que se fazia sentir no grau de dificuldade e exigência que tornava seu egresso reconhecido como

25 Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP)

dedicado, estudioso e capacitado para atuar no mundo do trabalho de forma diferenciada²⁶. Conforme indica Antônio Sérgio Guimarães e Michel Agier, os

[...] técnicos de nível médio desempenham funções peculiares nas indústrias de processo: operar, reparar e monitorar o equipamento e o processo produtivo. [...] longe de constituir um outro ofício operário, a atividade do operador é definida como uma profissão: atividade permanente de caráter técnico e mental, dotada de uma carreira, ou seja, de uma gradação de funções e cargos que só podem ser exercidos pelos titulares do diploma (AGIER e GUIMARÃES, 1995, p.42).

Este modelo perdurou por muitos anos e durante importantes reformas educacionais como a LDB 5692/71 foi beneficiado por uma concepção tecnicista da educação, bem como por um cenário econômico de industrialização, bastante importante no caso do Estado da Bahia, especialmente pela criação do Polo Petroquímico de Camaçari, para onde foram muitos estudantes oriundos da ETFBA nos anos 1970 e 1980 (SILVA, 2009).

Os anos 1990, caracterizados do ponto de vista econômico pela globalização, abertura do mercado às importações e reestruturação produtiva, como parte do ideário de reformas neoliberais posto em prática inicialmente por Fernando Collor de Mello (1990-1992) e seguido de forma mais efetiva por Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) marcam importantes transformações no mundo do trabalho e na educação brasileira.

A educação foi atingida por uma nova reforma que provocou um grande redemoinho na educação profissional, ao alterar o modelo vigente de formação profissional do antigo Segundo Grau e criar o Ensino Médio em substituição ao anterior no que tange ao ensino secundário. Mais importante e significativo é o deslocamento da formação profissional para após este “Ensino Médio” ou “formação geral”, ou ainda, de modo concomitante, visando oferecer ao jovem estudante uma formação mais ampliada a fim de proporcionar sua “adaptação ao mercado de trabalho”.

Acácia Kuenzer (2000) chama a atenção para a LDB nº 9394/96 e afirma que esta reforma integra políticas educacionais que “expressam uma concepção de educação orgânica ao modelo econômico em curso, versão nacional do processo globalizado de acumu-

26 Em outro trabalho falamos sobre “os passos de física”, um modelo de ensino da disciplina que exigia que os alunos aprendessem sozinhos. Conforme relato de um aluno: “No primeiro período do nosso estudo não havia aulas de Física, mas etapas que os alunos deviam cumprir através de avaliações, para as quais estudava independentemente. A partir de 1986, com a eleição do novo diretor, legitimado pela comunidade, os estudantes garantem o fim dos passos de física”. (SILVA, 2009, p.32).

lação flexível” (KUENZER, 2000, p.16). Assim, entre os anos de 1997 e 2005, prevaleceu a ausência da educação profissional de nível médio para os jovens, como ocorria no outrora segundo grau profissionalizante. Em seu lugar foi criado um modelo genérico denominado Formação Geral sem um direcionamento mais efetivo dos jovens para o mundo do trabalho.

O Decreto 5.154/2004 promoveu uma nova alteração na legislação da educação profissional, com o retorno da educação profissional para o ensino médio, agora denominado Ensino Médio Integrado. Algumas escolas ofertavam também a educação profissional concomitante, e a opção de profissionalização no nível secundário com o técnico subsequente ou “pós-médio”, após a conclusão da formação geral.

Assim, retoma-se a discussão sobre a educação politécnica, compreendendo-a como uma educação unitária e universal destinada à superação da dualidade entre cultura geral e cultura técnica e voltada para “o domínio dos conhecimentos científicos das diferentes técnicas que caracterizam o processo de trabalho produtivo moderno” (Saviani, 2003, p. 140, citado por Frigotto, Ciavatta e Ramos, 2005, p. 42) sem, no entanto, voltar-se para uma formação profissional *stricto sensu*, ou seja, sem formar profissionais em cursos técnicos específicos. (MOURA; GARCIA; RAMOS, 2007, p. 23).

Neste período, de aproximadamente dez anos, (1996 a 2004), o modelo de ingresso não foi alterado, permanecendo o processo seletivo (vestibular) e a entrada de estudantes cada vez mais “preparados” com altos índices de aprovação nos vestibulares de alta concorrência das também elitizadas universidades federais, em que pese o permanente ataque às instituições de ensino públicas por parte do governo federal, inclusive com considerável redução de investimentos em detrimento da ampliação da rede privada tanto no nível médio de educação profissional, especialmente através do sistema S²⁷.

Paralelo aos processos de mudanças legais e aos permanentes ataques à educação pública profissional de nível médio também ocorrem transformações na estrutura da rede que passa a ser denominada CEFET²⁸, processo que se inicia em 1978, mas que no caso da Bahia ocorre em 1993 com a criação do CEFET-BA, que agregou a ETFBA²⁹ e o

27 O sistema S é composto pelo SESI, SENAI, SEBRAE, SESC e SENAC. O SENAI e o SENAC oferecem diversas modalidades de educação profissional, estas instituições recebem tanto financiamento privado, quanto público. Frigotto (2007) faz uma séria crítica às disputas de fundos entre o Sistema S e a educação pública, tendo em vista que os cursos ofertados pelo SENAI e SENAC nem sempre são gratuitos.

28 Centro Federal de Educação Tecnológica.

29 Escola Técnica Federal da Bahia.

CENTEC³⁰. Posteriormente, são criados os Institutos Federais, com a publicação da Lei nº 11.892/2008, alterando inclusive a oferta de cursos, com a ampliação e inclusão de cursos profissionalizantes de nível tecnológico e graduação, bem como cursos de Licenciatura, voltados para a formação de professores.

Art. 1º O Ministério da Educação estimulará o processo de reorganização das instituições federais de educação profissional e tecnológica, a fim de que atuem de forma integrada regionalmente, nos termos deste Decreto. [...] § 2º Os projetos de lei de criação dos IFETs considerarão cada instituto como instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos às suas práticas pedagógicas, nos termos do modelo estabelecido neste Decreto e das respectivas leis de criação (BRASIL, 2007).

Mesmo com essas mudanças legais supracitadas, o modelo de acesso, às vagas de discentes, continuaram sendo no formato meritocrático. Tanto é que há uma grande concorrência no processo seletivo do IFBA/ Campus Salvador, em todos os cursos, tanto no Nível Integrado, quanto no Superior (CHAVES, 2018). A partir dessa alta concorrência, podemos inferir a quantidade de candidatos excluídos, e mesmo os que conseguem entrar, são provavelmente um grupo que passou por uma superseleção, desde a escola de procedência até o acesso ao IFBA. Ou ainda, após se matricularem, são “excluídos do interior”, por várias causas.

Mais concretamente, Bourdieu observa que a comunicação pedagógica, tal como realizada tradicionalmente na escola, exige implicitamente, para o seu pleno aproveitamento, o domínio prévio de um conjunto de habilidades e referências culturais e linguísticas que apenas os membros das classes mais cultivadas possuíam. Os professores transmitiriam sua mensagem igualmente a todos os alunos como se todos tivessem os mesmos instrumentos de decodificação. Esses instrumentos seriam possuídos, no entanto, apenas por aqueles que têm a cultura escolar como cultura familiar, e que já são, assim, iniciados nos conteúdos e na linguagem utilizada no mundo escolar. (NOGUEIRA & NOGUEIRA, 2002).

De acordo com Delcele Queiroz, há várias categorias de exclusão, tais como: classe, raça e gênero, potencializando-se com a elevação dos graus de escolaridade. O que resulta no aumento das desigualdades entre os segmentos da sociedade (QUEIROZ, 2004, p.10).

30 Centro de Educação Tecnológica da Bahia

Neste contexto, temos uma ampliação do debate social acerca das desigualdades educacionais, especialmente aquelas que dizem respeito a questão racial, a qualidade da escola pública e sobre o desempenho dos estudantes das classes sociais menos favorecidas, ou seja, aqueles que estão no sistema público de ensino. Debate que está no bojo das lutas pela ampliação do acesso à educação, equidade e igualdade de oportunidades.

Temos assim, de um lado a demanda crescente dos movimentos sociais, especialmente o movimento negro, pela ampliação do acesso às universidades públicas, debate este que adentra estes espaços, de modo que, individualmente a partir dos anos 2003, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade de Brasília (UNB) e Universidade Estadual da Bahia (UNEB) são as primeiras a adotar como critério para ingresso de parte dos seus estudantes a reserva de vagas, conhecida como política de cotas para estudantes negros e indígenas.

Gradualmente, muitas universidades vão seguir este modelo, o qual, no caso do CEFET-BA, atual IFBA, é aprovado em 2006 numa complexa reunião do Conselho Técnico Superior, CONSUP³¹, o qual determina 50% das vagas para estudantes negros e indígenas, oriundos de escolas públicas (SILVA, 2016).

A resolução datada de 1º de junho de 2006 assim estabelece:

[...] estudantes que tenham cursado da 5ª à 8ª série do Ensino Fundamental na Escola Pública, sendo que, desses, pelo menos 60% (sessenta por cento) que se declarem afrodescendentes, de acordo com a classificação do IBGE, 5% (cinco por cento) de estudantes que se declarem índios ou índios descendentes e 35% (trinta e cinco por cento) para os demais (CEFET-BA, 2006, p.01).

A decisão de adotar cotas não foi unânime na escola, bem como, não era na sociedade brasileira. De modo que nos fóruns de discussão escolar, conselhos de classe, reuniões de departamento e jornadas pedagógicas ocorriam debates acerca do tema, ou ainda da perspectiva de queda da qualidade educacional, em virtude da “falta de base” dos novos alunos que adentram as universidades e as demais escolas federais de educação básica.

De outro lado, a adoção de uma política pública, a fim de garantir a permanência destes estudantes, de fato só ocorreu no ano de 2008 para os Institutos Federais, quando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi estendido à Rede Federal de

31 Conselho Superior.

Educação Profissional e Tecnológica (SILVA, 2016). Antes desse ano, havia iniciativas institucionais individualizadas que visavam a oferta de bolsas de estudo e projetos, como o Projeto de Incentivo à Aprendizagem - (PINA), de cunho mais universal.

Toda essa perspectiva histórica visa refletir sobre alguns aspectos observados no âmbito do debate sobre permanência na educação profissional no Instituto Federal da Bahia, os quais podem ser pensados de forma mais ampla para parte da rede no Brasil.

Em primeiro lugar, há uma permanente mudança nas legislações incidindo diretamente sobre o corpo docente e discente de modo a exigir uma constante ressignificação da educação profissional, quanto aos seus princípios e fins. De outro lado, a implementação está sempre sujeita a interpretação dos gestores locais e comunidade escolar e sua maior ou menor aderência a um tema ou perspectiva. Este fato provoca consequências diretas sobre a economia do instituto e sobre a distribuição dos recursos, currículos, disciplinas e programas mais ou menos valorizados.

Em segundo lugar, a gestão local está ainda submetida a forma como o MEC gere esse financiamento educacional, como distribui estes investimentos entre o setor público e privado e, especificamente, a partir de meados dos anos 1990, como os professores estão capacitados para propor projetos e atividades a fim de angariar recursos, seja no setor público através de agências de fomento, seja em parcerias público-privadas.

Em terceiro lugar, a determinação legal de criação de uma política prescinde da adesão dos seus participantes no sentido de investir tempo, seja na forma de estudo, seja na participação efetiva como membro da sociedade civil, no sentido de compreendê-la e garantir sua efetivação. Assim, no caso da adoção das políticas de ações afirmativas é fundamental compreender todo o processo de produção do racismo e da exclusão em nosso país, bem como as formas como ele ocorre no espaço escolar.

Queiroz (2004, p.11) chama a atenção para a inexistência de dados sobre a condição racial dos estudantes nas universidades, o que para a pesquisadora “[...] é um fator que tem contribuído para dificultar a análise da situação dos segmentos raciais nesse espaço do sistema de ensino”. Note-se que essa observação é muito pertinente à realidade atual do IFBA, pois há uma imensa dificuldade de obtenção de dados gerais sobre os estudantes dessa instituição, seja em um banco de dados, seja em arquivo físico disponível, e pouco se sabe sobre o percurso escolar e/ou acadêmico dos estudantes cotistas (CHAVES, 2018).

A formação dos professores e corpo técnico e demais trabalhadores que atuam na escola, deve estar relacionada à educação para a diversidade, tanto no que tange ao enten-

dimento da lei em um aprendizado permanente, como naquilo que atende aos parâmetros relativos aos direitos humanos e a responsabilidade de todo corpo profissional escolar.

Esta formação permanente incide desde a compreensão da História do Brasil e dos processos de escravização dos povos africanos e indígenas, desnaturalizando linguagens e preconceitos presentes no senso comum, até a formação pedagógica mais efetiva, no sentido, de estabelecer mediações entre o conhecimento científico e aqueles conhecimentos trazidos pelos alunos, a partir de suas realidades sociais. E, sobretudo, observando as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que alteraram a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação Brasileira, implicando na revisão do currículo escolar.

A valorização do capital cultural do estudante, a reflexão sobre os processos de produção de desigualdades, das quais o racismo é a mais grave, pois atinge a autoestima dos indivíduos e gera a incerteza sobre o seu direito à cidadania. Processos que desumanizam homens e mulheres, precisam ser combatidos como medida pedagógica, como ação ética e como fundamento da educação no que tange a garantia do direito à educação para todas e todos.

As discriminações de gênero e sexualidade também incidem sobre o sucesso escolar dos/das discentes com a atribuição de características físicas e ou psicológicas, em forma de comentários discriminatórios, que inviabilizam sua atuação em algumas áreas e/ou profissões. Em estudo realizado no Campus do IFBA/Jequié, Vanessa Miranda (2017) observa a taxa de evasão entre estudantes do curso de Eletromecânica e identifica em 2011 a taxa de 100% de evasão entre estudantes do sexo feminino.

No caso dos institutos é necessário desnaturalizar a concepção de que “escola difícil é a boa”. “Professor bom é o que reprova” e criar uma cultura de processos de aprendizagem permanente e da produção de recursos didáticos capazes de reduzir a números insignificantes a não aprendizagem. Todo este debate não pode ignorar ainda a condição social dos estudantes, bem como os processos de crise econômica e social em que muitos estão imersos.

O contexto atual de pandemia acentuou a percepção das desigualdades, entretanto, não o construiu. Este fenômeno está presente na educação brasileira desde seu cerne e tem produzido análises que embasam a nossa compreensão de que a desigualdade escolar brasileira é um “poço sem fundo”, que tem estado à mercê daquilo, que Jessé Souza (2017) chama de “elite do atraso”, tendo em vista, o esforço no sentido de desarticulação e de submissão da educação pública aos interesses do “mercado”. Concepção esta que

se contrapõe a formação para o mundo do trabalho, numa dimensão que amplia a noção de emancipação e educação cidadã, a qual a escola pública deveria estar comprometida.

Educação cidadã e emancipatória que proporcione aos estudantes se perceberem como cidadãos dispostos a agir de forma transformadora do mundo, perto e longe de si, conforme indaga profeticamente Paulo Freire (2017), na obra *Pedagogia do Oprimido*:

Quem melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento de lutar por ela (FREIRE, 2017, p. 42-43).

A partir desta contextualização pretendemos discutir acerca dos resultados da pesquisa, ora em andamento, refletindo sobre a temática numa microamostra.

Quanto a metodologia do estudo

A metodologia empregada na pesquisa realizada foi baseada no método comparativo, combinado a perspectiva teórica que discute as desigualdades educacionais fundamentada em Ribeiro e Ceneviva (2015); Aplicação de questionários; e análise dos resultados. Devido ao quadro mundial de pandemia de COVID-19 a aplicação dos questionários ocorreu de maneira virtual, por meio dos formulários google, divididos entre alunos menores e maiores de idade. Contudo com relação aos alunos menores, houve problemas técnicos relacionados ao assentimento dos pais na sua participação da pesquisa, à vista disso, foram mantidos somente os dados acerca dos alunos maiores para a construção desta análise. Esta análise a partir dos estudantes maiores de idade tem implicação importante nos resultados porque traz os resultados dos estudantes das séries finais do ensino médio que estão em geral concluindo os cursos.

A caracterização dos cursos

O IFBA, Campus Salvador possui hoje 8 cursos de Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. São eles: Automação, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Geologia, Mecânica, Química e Refrigeração e Climatização. Alguns cursos têm sua origem desde a

ETFBA, enquanto outros foram criados mais recentemente. Para este estudo nos detemos nos cursos de Técnico em Química e Técnico em Refrigeração e Climatização.

A opção de colocar sob comparação cursos que trazem representações diversas dentro da escola decorre da escuta em conselhos de classe e mesmo entre os estudantes, no sentido de identificar discentes como mais dedicados, mais organizados, mais estudiosos, em detrimento daqueles vistos como mais difíceis de lidar no cotidiano da sala de aula, foi um dos elementos que definiu a escolha dos mesmos.

Esta comparação nos levou a buscar elementos que pudessem contribuir no sentido de entender que fatores favoreceram a construção destes estereótipos. Assim, partimos da hipótese que estas diferenças são subjetivas e alimentadas no cotidiano da escola pelo preconceito e pela postura dos/das professores/as no sentido de naturalizar certas “verdades cristalizadas”.

A caracterização dos/das estudantes dos cursos observados, embora numa microamostra, nos indica que não há grandes diferenças no que tange ao perfil socioeconômico. Somente uma pesquisa em profundidade poderia nos falar um pouco mais acerca das subjetividades que os/as levaram a escolher um ou outro curso. Contudo, a predominância de estudantes das séries finais (3º e 4º anos) nos provoca a lançar um olhar sobre os mecanismos de apoio e assistência estudantil e a existência de elementos comuns acerca da organização familiar, que contribuem para a sua permanência na escola.

Observamos, em ambos os cursos, que o número de estudantes concluintes do Ensino Médio Integrado tem se mostrado abaixo das expectativas, considerando a análise dos dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha (2020) e nos sistemas do IFBA: SICADWEB e SUAP.

Estabelecemos como parâmetro os estudantes matriculados em 2016, cuja expectativa de conclusão do curso seria 2019. Pudemos observar o desempenho dos estudantes de dois cursos no decorrer dos quatro anos do Ensino Médio dentro da escola, tanto em dados quantitativos, obtidos nos sistemas informatizados, como através de um questionário aplicado aos mesmos e preenchido via Google docs., numa análise qualitativa.

Tabela 01- Perfil geral dos Alunos com matrícula de ingresso em 2016 no Ensino Médio Integrado - Campus Salvador (SUAP/2021) - Curso de Refrigeração e Química.

Situação	Refrigeração e Climatização-Integrado (Salvador)	Química - Integrado (Salvador)	Total Geral
Aguardando Matrícula	13	22	35
Cancelado	3		3
Cancelamento Compulsório	1	-	1
Concluído	1	13	14
Evasão	-	31	31
Jubilado	33	3	36
Matriculado	42	34	76
Trancado Voluntariamente	-	1	1
Transferido Externo	1	21	22
Total Geral	94	125	219

Fonte: SUAP/2021

Observando os dados dispostos no sistema SUAP verificamos que 125 estudantes foram matriculados em 2016 no curso de Química. Destes, 5 concluíram, o que pode indicar a solicitação de certificação para ingresso na universidade, antes da conclusão do 4º ano. De outro lado, para a categoria “aguardando matrícula” podemos ter uma diversidade de situações. Em geral, a mais comum é que o diploma ainda não foi liberado em função da não conclusão de estágio curricular obrigatório ou defesa de TCC, possível para alguns cursos. Chama a atenção o número de transferências externas (21) e de evasão (31) e jubramento (3). Dos 125 estudantes matriculados, 34 não concluíram o curso e nem solicitaram transferência ou trancamento. Outros 69 (55,2%) estudantes permanecem vinculados à escola ou já concluíram o curso e 56 (44,8%) estudantes matriculados/ingressantes no ano de 2016 no curso de Química não concluíram o curso por fatores variados, que não são indicados no sistema.

Considerando os dados obtidos no SUAP para o curso de Refrigeração e Climatização, encontramos os seguintes números: ainda vinculados à escola, por matrícula ou aguardando matrícula temos 56 (59,57%) estudantes. Com matrícula cancelada ou transferência externa 2 (2,12%) estudantes. Jubilados 34 (36,17%) de um universo de 94 estudantes ingressantes/matriculados em 2016. Apenas um aluno no grupo observado pediu certificação após a conclusão do 3º ano.

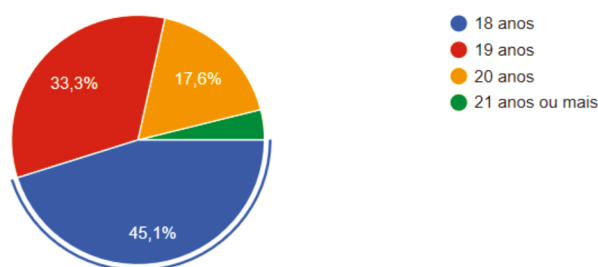
Estes números indicam a importância de refletir acerca da garantia da permanência dos estudantes na escola. Quais os fatores que levam a evasão e reprovação? Compreendemos que diversos fatores podem estar retirando das nossas escolas os jovens, e os estudos evidenciam aspectos tanto econômicos, como aqueles relativos a características atribuídas à juventude contemporânea, ausência de perspectivas e falhas no sistema educacional. Seja nas séries iniciais, seja na experiência de fracasso no Ensino Médio.

A coleta de dados da pesquisa foi realizada em junho de 2020, durante a pandemia, quando os estudantes estavam em casa, aguardando o reinício das atividades letivas. Os questionários foram enviados para todos os alunos, contando com o apoio da coordenação de ambos os cursos e dos representantes de turma, através de e-mail e link disponibilizado no WhatsApp. Para os pais dos estudantes menores também foi encaminhado um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) a fim de que eles autorizassem a participação dos seus filhos na pesquisa. Neste artigo apresentamos apenas os dados da pesquisa com os estudantes maiores de 18 anos.

Os gráficos abaixo indicam que, majoritariamente os estudantes pertencem ao grupo étnico classificado como Negros, tendo em vista que 82,7% se autodefinem como Pardos e Pretos. No caso de Salvador, não encontramos na amostra observada, alunos indígenas. Há um percentual maior de mulheres respondendo ao questionário. No que se refere à moradia, nossos estudantes são oriundos de todas as regiões da cidade e ainda da Região Metropolitana de Salvador (RMS), independentemente da existência de campus do IFBA nas cidades de Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho, municípios que compõem a RMS.

Gráfico 01 - Estudantes maiores de 18 anos dos cursos de Técnico em Química e Técnico em Refrigeração.

Idade
51 respostas

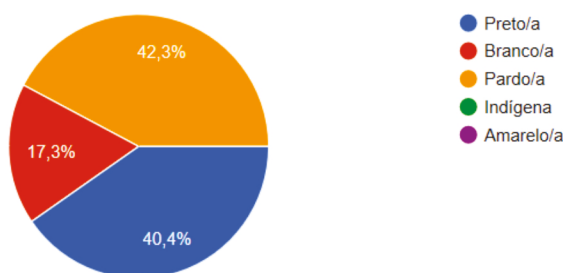


Fonte: Pesquisa direta

Gráfico 02 – autodeclaração racial

Como você se auto declara? (conforme classificação do IBGE)

52 respostas



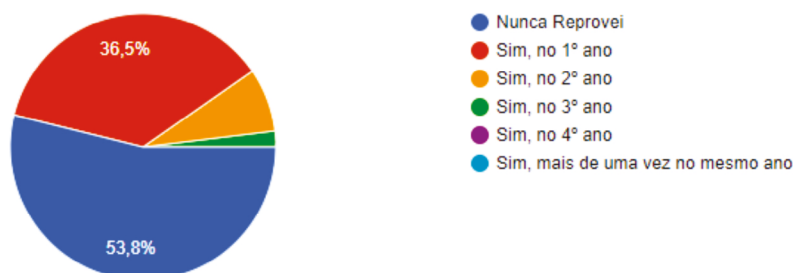
Fonte: Pesquisa direta

Na amostra com alunos maiores, prevalecem os pertencentes ao 4º ano, mas tendo em vista que a pesquisa ocorreu no final do ano letivo, é possível que os concluintes do 3º ano já tenham se declarado como pertencentes ao 4º ano. Entretanto, essa situação não altera muito o resultado da pesquisa, pois eles já ultrapassaram o período mais crítico de reprovação e evasão, o que corresponde ao 1º e 2º anos. Ainda na amostra, chama a atenção a indicação de reprovação de 36,5% (19 estudantes) no 1º ano; seguido de 7,7% (4 estudantes) no 2º ano; 1,9% (1 estudantes) no 3º ano; nenhum estudante da amostra declarou ter sido reprovado no 4º ano e 53,8% (28 estudantes) nunca reprovaram. Considerando a matrícula das turmas de Química e Refrigeração no período 2016 a 2019, a qual corresponde a expectativa de ingresso e conclusão com êxito do curso sem reprovação ou evasão, observamos que o percentual de alunos que concluíram o curso em 4 anos está abaixo de 50%.

Gráfico 03 - Reprovação

Você já reprovou alguma vez no IFBA? Se sim, em qual ano? *

52 respostas



Fonte: pesquisa direta

Foi perguntado ao estudante “Como você caracteriza a sua vida de estudante no IFBA?”. A resposta dada pode ser indicativa dos fatores que contribuem para estas taxas, pois cinco estudantes indicaram a vida como “difícil”.

Normal, tenho um pouco de dificuldade de aprendizado, isso devido ao meu ensino fundamental que teve várias interferências, e isso dificulta um pouco na aprendizagem hoje (estudante).

Os estudantes naturalizam a dificuldade de aprendizado e responsabilizam o seu percurso anterior. Entretanto, é importante que haja um diálogo entre o Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Ao que parece há um descompasso entre expectativas de aprendizagem e currículo.

Para os professores de uma instituição considerada de excelência, quanto à qualidade de ensino, fica evidente a urgência em propor ações para garantir a permanência com qualidade dos estudantes e sua conclusão com êxito. Polêmicas e responsabilização do Ensino Fundamental, e das escolas que estes estudantes são oriundos precisam ser repensadas, tendo em vista que há evasão tanto daqueles que vieram da escola pública, quanto da rede privada.

O percentual de ingresso via reserva de vagas é de 50%, deste modo, considerando que a matrícula do 4º ano em 2019 corresponde a apenas 40% do número de alunos que matricularam no 1º ano em 2016 no curso de Técnico em Química e apenas 25% do número de matriculados no Curso de Técnico em Refrigeração foram matriculados no 4º ano em 2019, não são apenas os cotistas que tem deixado a escola. Este número de matrículas no 4º ano de 2019 pode indicar ainda o fato de que houve reprovação/evasão em diferentes anos e séries para aqueles que não concluíram junto com as duas turmas de Química e uma de Refrigeração matriculadas naquele ano.

A dificuldade de acesso aos dados quantitativos, especialmente durante o ano 2020, em função da pandemia, e a inexistência de uma documentação acessível às pesquisadoras, gera uma série de reflexões. As pesquisas acabam sempre tendo amostras pouco representativas e os dados mais qualitativos que quantitativos.

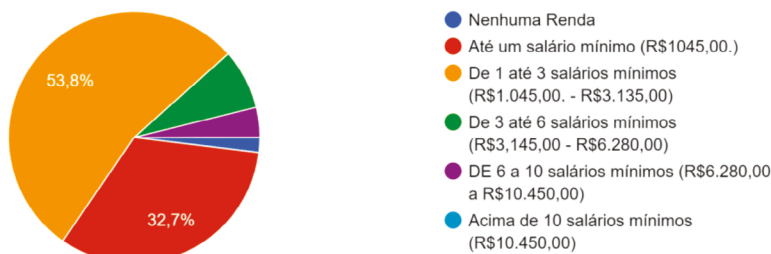
De qualquer modo, chama a atenção, que numa amostra onde prevalecem alunos das séries mais adiantadas, 51,9% dos estudantes declararam seu ingresso pela ampla concorrência. Embora os dados mostrem um certo equilíbrio quanto à escola de origem, pois 48,1% vêm da rede privada e 51,9% vêm das escolas estaduais e municipais.

Quanto a participação no programa de assistência estudantil foi observado que 63,5% dos estudantes indicaram o acesso ao Programa de Apoio e Assistência ao Estudante (PAAE), seja com auxílio transporte (55,8%), seja com auxílio alimentação (7,7%). Ainda temos 3,8% de bolsistas dos Programas Universais, o qual não estabelece critérios sociais, embora seja preferencialmente para alunos com dificuldades econômicas. E 32,7% dos estudantes respondentes não possuem nenhum tipo de auxílio ou bolsa.

Estes dados demonstram a importância do PAAE e indicam que, mesmo entre os alunos oriundos do sistema privado de ensino, a renda familiar não é alta. O que nos faz supor que haja muito esforço familiar para garantir sua permanência na escola privada durante o ensino fundamental, ou que houve uma alteração na condição econômica da família, conforme observado no gráfico abaixo:

Gráfico 4 - renda familiar

De quanto é aproximadamente sua renda familiar mensal? *
52 respostas



Fonte: pesquisa direta³²

É importante considerar que a oferta de auxílios e bolsas varia de acordo com a verba recebida do Ministério da Educação, logo, existem estudantes, que apesar de terem o perfil que atende às exigências do PAAE, não são atendidos, por insuficiência e/ou falta de verba, para atender a todos ou por dificuldade de comprovação de documentos exigidos (CHAVES, 2018).

³² salário-mínimo vigente durante a coleta de dados.

A relação entre trabalho e estudo nos institutos federais, conforme já observado (SILVA, 2016), indica que estes estudantes, em geral, não exercem atividade remunerada fora da escola. Apenas 4 alunos afirmam trabalhar com carteira assinada. Sendo a renda familiar majoritária em torno de 1 a 3 salários-mínimos (53,8%), seguidos de 32,7% com renda de até 1 salário-mínimo, evidencia-se a necessidade do auxílio como forma de amenizar as carências vividas.

Este dado também indica o papel da família na garantia da permanência do aluno. Se não houver uma condição familiar que permita ao jovem, maior de 14 anos, estar “apenas estudando” será muito difícil que ele permaneça na escola. Daí a importância da assistência estudantil e do diálogo permanente entre família e escola.

A concepção de educação como fator preponderante na ascensão social por parte da família pode permitir a realização de sacrifícios, como ter uma vida mais simples, na expectativa de garantir um futuro melhor aos filhos. Porém há condições nas quais este “investimento” se torna impossível, pois a realidade já é por si mesma cheia de “sacrifícios”. Mesmo para a classe média trabalhadora e assalariada, manter os filhos na escola, em tempo integral, como é a realidade exigida pelo IFBA, pode ser demasiado dispendioso.

Observando os números apresentados, verificamos na amostra estudada, que os discentes pertencem a famílias pouco numerosas. De outro lado, prevalece ainda a convivência em famílias nucleares, composta do pai e da mãe, 46,2% (24 alunos), seguido daqueles que moram apenas com a mãe e irmãos, 30,8%.

Outro percentual importante é a moradia, pois 67,3% moram em casa própria. Somando-se ao fato de que no momento da coleta de dados, início da pandemia e do isolamento social, cerca de 80% dos pais foram inseridos na condição de trabalhador assalariado ou autônomo; 4,4% empresários e 15,6% desempregados. No caso das mães, 39,2% trabalhadoras formais; 23,5% informais ou autônomas; 21,6% desempregadas e 15,7% donas de casa.

Os dados sobre trabalho dos pais e das mães chamam a atenção quando comparados com o nível de escolaridade. Em que pese os homens estarem mais bem colocados no mundo do trabalho formal, quando se analisa a escolarização destas famílias, as mulheres detêm uma escolaridade mais alta.

Entre os homens, 25% concluíram o Ensino Médio e, entre as mulheres, 50%. No caso do ensino superior, há um pouco mais de equilíbrio, 17,3% dos pais possuem nível superior e/ou pós-graduação e 19,3% das mães.

Tabela 03 – escolaridade dos pais

Nível escolar	Pais	Mães
Analfabeto/ fundamental incompleto	5,8%	1,9%
Ensino fundamental completo	17,3%	3,8%
Ensino médio incompleto	17,3%	23,1%
Ensino médio completo	25%	50%
Ensino superior	15,4%	13,5%
Pós-graduação	1,9%	5,8%
Não sabe	17,3%	1,9%
Total:	100%	100%

Fonte: pesquisa direta

O que inferimos até agora, na leitura dos dados e da literatura acerca do tema é que há um capital social e cultural que se faz importante no grupo analisado: a escolaridade dos pais e das mães. De modo que, mesmo as mães que são “apenas donas de casa” têm um nível de escolaridade que parece contribuir para a permanência dos filhos na escola. Por outro lado, chama a atenção a reafirmação da ausência dos pais, evidenciada na ignorância sobre a escolaridade do pai, por parte de alguns estudantes. Assim, os dados iniciais evocam algumas suposições acerca do sucesso escolar destes alunos que chegam ao 4º ano, os quais necessitam de um maior aprofundamento no campo, por exemplo, investigando os pais e as mães, assim como os alunos de forma mais qualitativa, inclusive comparando com os egressos que não lograram êxito.

O que nos dizem as/os estudantes?

Entre as questões abertas que compuseram o questionário está: - **Como você caracteriza sua vida de estudante no IFBA?**

As respostas a esta questão são ilustrativas de dois fenômenos. Observamos a expectativa de ascensão social através da escola e que o IFBA é uma grande oportunidade, conforme as respostas abaixo:

Com altos e baixos, mas sempre me esforçando para alcançar o meu objetivo e alavancar o meu conhecimento (estudante).

Bastante difícil, porém satisfatória em relação ao ensino e ambiente. (estudante).

Não sei se entendi a pergunta, mas classifico como desafiadora (estudante).

A análise das questões abertas permite entender um pouco melhor sob que perspectiva os alunos e alunas se manifestam. Em geral caracterizam sua vida estudantil como “perrengue”, “complicada”, “conturbada”, “satisfatória, mas estressante”. Oito estudantes utilizaram a palavra “cansativa” para descrever sua vida no IFBA. Alguns complementam a resposta com algum tipo de compensação, conforme podemos observar nas falas dos/das estudantes abaixo:

Cansativa, mas gratificante (estudante).

Um pouco cansativa por conta da distância da minha residência em relação à instituição. Tenho que acordar muito cedo e chego em casa tarde, aí tenho que fazer as atividades, trabalhos, estudar e sobra pouco tempo no resto do dia. Mas sei que vale a pena, pois acredito no projeto de ensino do IFBA (estudante).

Difícil e cansativa, porém progressivamente estável (estudante).

Contudo, é importante considerar algumas ressalvas apresentadas por estudantes das séries mais adiantadas, os quais, embora indiquem um nível de dificuldades relativo a fatores diversos, consideram importante a permanência na escola.

As coisas no IFBA são difíceis, não pelo nível de ensino, mas pela rotina em si, creio até que o fato do calendário atrasado influencie isso, mas dá pra levar, consigo adaptar aos horários, estudar, treinar, participar dos jogos, passar de ano e obter conhecimento (estudante).

Apesar de ter sido cheia de dificuldades, sinto que me deu oportunidades que não teria tido tão facilmente em outras instituições (estudante).

Ao combinar a experiência estudantil em relação à condição econômica e à aprendizagem, os alunos atribuem ao PAAE um papel significativo para sua permanência. Alguns estudantes responderam “sim” para a questão: “*Enfrenta dificuldades relacionadas à sua condição econômica e a sua aprendizagem?*”. Outros afirmaram que não tinham dificuldades porque estavam no PAAE.

Entre as principais dificuldades indicadas estão a demora no recebimento dos recursos; a distância entre a escola e a moradia; a dificuldade de conciliar estágio e estudo; dificuldades relativas ao ambiente doméstico, não favorável ao estudo, queixa que também apareceu na questão acerca dos impactos da pandemia na rotina e vida familiar.

A pandemia, para apenas 2 alunos dos 40 que responderam à questão, não está trazendo problemas. Seja pela melhora das relações familiares, ou por estar colaborando com o trabalho familiar. Para a maioria têm ocorrido conflitos, a concentração nos estudos está reduzida, insônia, problemas familiares e econômicos.

A minha rotina mudou bastante de uma forma muito impactante, já que eu passava a maior parte do dia fora de casa, mas continuo me ocupando na maior parte do tempo, mas não está sendo fácil se manter já que a minha mãe está desempregada e sem receber o auxílio emergencial ou o seguro-desemprego (estudante). Bom, estamos recebendo o dinheiro do governo (auxílio emergencial), junto com o dinheiro do trabalho de minha tia que foi reduzido, não dá para pagar as contas direito, ae só está sendo para o necessário. Esses tempos estou sem poder estudar em casa porque estou sem material escolar (estudante). Estou mais desconcentrada para estudar para o ENEM, demoro mais nas atividades, sem contar os barulhos de rádio, TV, irmã mais nova, vizinhos etc. A pandemia não afetou meus afazeres domésticos (estudante).

As respostas acima revelam também as condições precárias de estudantes, social e economicamente vulneráveis, que sem a estrutura física da escola, se veem sem o espaço de aprendizagem e estudo favorável em suas moradias, aprofundando assim mais uma desigualdade revelada pela pandemia.

Outra questão observada, é o acesso à internet e computadores. 64% dos/das estudantes possuem apenas um computador em casa, e 21,2% não possuem computador, implicando diretamente nas condições de estudo remoto. Além dos 11,5% que compartilham a internet com vizinhos e dos 3,8% que acessam através de dados móveis. Dificuldade simbolizada na fala do estudante que comenta acerca das condições de estudo em casa.

Sim. Principalmente por não ter um ambiente adequado de estudo em casa (divido três cômodos com mais duas pessoas) sendo o IFBA minha solução nesse caso, mas sinto falta de poder investir em materiais de estudos como livros, plataformas para assistir filmes e documentários recomendado por professores e até plataformas de estudo. (estudante).

Boaventura de Souza Santos afirma que a “pandemia vem apenas agravar uma situação de crise que a população mundial tem vindo a ser sujeita” (SANTOS, 2020, p. 6), pois a casa pequena e a falta de acesso à internet não foram causadas pela pandemia, mas esta faz revelar as condições precárias pré-existentes.

Considerações finais

As desigualdades escolares são fenômenos complexos e fazem parte de um quadro maior de desigualdades presente em toda a sociedade, de modo que a escola as reflete ao mesmo tempo que também reproduz ou pode ser um fator de superação destas. Neste

sentido, a permanência e o êxito escolar constituem elementos deste quadro, de modo que é importante considerar a urgência de ações a fim de reduzir a evasão e a repetência, tendo em vista que são dados diretamente relacionados à perspectiva de trajetórias de jovens que ingressam na escola cheios de expectativas, conforme temos observado nas falas dos/das estudantes. Sendo pertinente, registrar que a Pandemia tem revelado e aumentado essas desigualdades pré-existentes.

O que era a pergunta inicial da pesquisa, sobre as possíveis desigualdades entre os estudantes dos dois cursos escolhidos, nos mostrou que entre os alunos das séries finais há pouca diferença quanto às condições econômicas e sociais dos mesmos. Entre aqueles que contribuíram com a pesquisa, há falas que evidenciam expectativas positivas acerca dos estudos e da escola. Que demonstram consciência e responsabilidade, apesar das dificuldades da luta cotidiana que caracteriza de modo geral o estudante do ensino médio, seja em um instituto federal, seja nas escolas públicas estaduais, seja nas escolas privadas.

Esta fase da vida caracteriza-se pela exigência de escolhas e tomada de decisões, de preparação para o mundo do trabalho, para a universidade, portanto se constitui em momento de dúvidas, angústias e indecisões. Entretanto, a escola não deve naturalizar o “sofrimento” e sim buscar alternativas que permitam aos jovens atravessar essa caminhada sem desistir.

Não identificamos uma única estratégia, mas chama a atenção a importância atribuída ao Programa de Assistência e Apoio ao Estudante, tendo em vista as dificuldades econômicas enfrentadas. A participação de cerca de 63,5 % dos estudantes no PAAE é indicativa da necessidade de ampliação das políticas voltadas a assegurar uma melhoria das condições de vida destes/destas na escola. É preciso entender que educação é investimento e que mais estudantes devem ser atendidos/as em projetos que contribuem para sua permanência e êxito.

Outro aspecto a ser considerado é a escolaridade dos pais, pois na amostra observada, 42,3% dos pais e 69,3% das mães possuem Ensino Médio completo, o que indica a existência de um capital cultural vinculado às famílias desses estudantes.

Por fim, fica a percepção que há outras dinâmicas que também contribuem para a permanência dos/das estudantes, que precisamos conhecer com mais profundidade, porque extrapolam o que a teoria tem nos trazido até aqui.

Referências

BRASIL, Decreto nº 2208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 42 da Lei nº 9394/96. Diário Oficial da União, 18/04/1997, seção 1, p. 7760. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 10 mar. 2020.

BRASIL. Decreto nº 5154/04. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 24 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 08 abr. 2020.

_____. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em: 04 abr. 2020.

CENEVIVA, R.; BRITO, M. M. A. Estratificação educacional entre jovens no Brasil: 1960 a 2010. In: ARRETICHE, M. *Trajetórias das desigualdades: Como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2015. p. 59-108.

CHAVES, Antônia S. F. Desvelando a permanência das/dos estudantes cotistas e/ou bolsistas do instituto federal de educação, ciência e tecnologia da bahia (ifba) / campus salvador. Dissertação (Mestrado). PPGEDUC/ UNEB, 2018.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro/ São Paulo : Paz e Terra, 2017.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1129-1152, Oct. 2007 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302007000300023&lng=en&nrm=iso>. access on 30 Nov. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300023>.

GENTILI, Pablo. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 1059-1079, Dec. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000400007&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Dec. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000400007>.

GUIMARAES, A. S. CASTRO, N. A. AGIER, M. Imagens e identidades do trabalho. São Paulo: Hucitec/Orstron, 1985.

MIRANDA, Vanessa Mutti de Carvalho. Mulher na eletromecânica: uma questão de identidade? XXXI Congresso Alas Ururugay 2017. Pesquisado no site: <https://www.easyplanners.net/alas2017/opc/tl/3533_vanessa_mutti_de_carvalho_miranda.pdf> acessado em 10mar2021.

NOGUEIRA, Cláudio Marques Martins; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 78, p. 15-35, Apr. 2002. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002000200003&lng=en&nrm=iso>. access on 12 Mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000200003>.

QUEIROZ, Delcele Mascarenhas. Universidade e desigualdade: brancos e negros no ensino superior. Brasília : Liber Livro Ed., 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SILVA, Naiaranize Pinheiro. Os alunos da Escola Técnica Federal e a Participação na política estudantil nos anos de 1979 a 1989 em Salvador. Dissertação (Mestrado), FFCH/UFBA, 2009.

SILVA, Naiaranize Pinheiro. Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das Políticas de Ações Afirmativas. Tese de doutorado. FAGED/UFBA, 2016

SOUZA, Jessé de. A elite do atraso: da escravidão à Lava-Jato Leya: Rio de Janeiro, 2017.